

**MÉRITOS DA CONQUISTA E PARTICIPAÇÃO  
FEMININA NO VICE-REINO DE NOVA ESPANHA  
(SÉC. XVI)**

**MERITS OF CONQUEST AND WOMAN  
PARTICIPATION IN THE VICEROYALTY OF NEW  
SPAIN (16TH CENTURY)**

**AUGUSTO GODINHO VESPUCCI <sup>1\*</sup>**

**Resumo:** A Coroa Espanhola, a partir de 1521, conquistou, junto às nações europeias, o direito de administração e exploração de grande parte dos territórios da América. Para tal intento, colonos foram para o então Vice-reino de Nova Espanha a fim de assegurar a conquista. O domínio fora garantido e muitos daqueles europeus que ali se estabeleceram passaram a conviver com grandes dificuldades de sobrevivência. Os colonos começaram a enviar cartas à Coroa Espanhola pedindo mercês (*encomiendas*, terras ou cargos públicos) para que pudessem viver nessas terras. Essas cartas são chamadas “*memoriales de méritos*” e foram enviadas, sobretudo, nos séculos XVI e XVII. Neste artigo, a categoria gênero servirá como aporte teórico para a construção da análise desses pedidos. Sabendo que dentre os colonos que enviaram os *memoriales* não havia apenas homens, priorizamos um recorte sobre a influência das mulheres na formulação e pretensão das cartas. No entanto, outras fontes foram utilizadas, em que as “transmissoras de honras” são mobilizadas para assegurar privilégios. Dessa forma, este trabalho recupera a participação feminina na conquista e no primeiro povoamento de colonos na região da Nova Espanha. Desse modo, analisaremos as ações das mulheres de maneira direta ou indireta, além de compreendermos como elas contribuíram para a formação de uma identidade de grupo.

**Palavras-chave:** Mulheres, América espanhola, Méritos

**Abstract:** From 1521, the Spanish Crown gained at Europe’s eyes the responsibility of administrating and exploring America. For this purpose, settlers went to the then Viceroyalty of New Spain to ensure the conquest. The domain had been secured and many of the Europeans who settled there ended up living with great difficulties. The settlers began to send letters to the Spanish Crown asking for grants (*encomiendas*, lands or public offices) so that they could live in

<sup>1</sup> Artigo recebido em 29 de abril de 2019 e aprovado para publicação em 29 de julho de 2019.

\* Mestrando no Programa de Pós-graduação em História na Universidade Federal de Goiás (PPGH-UFG). Bolsista CAPES. (E-mail: [augustovespucci1@hotmail.com](mailto:augustovespucci1@hotmail.com))

these lands. These letters are known as “*memoriales de méritos*” and were sent mainly in the sixteenth and seventeenth centuries. The *gender* category will serve as a factor in the analysis of these requests, in an insight of the influence of women in the formulation and presentation of these letters. Among the settlers who sent these letters there were not only men, but also women. Others sources were analyzed, in which the "badges of honor" are used to secure privileges. Therefore, this work regains women's participation in the conquest and first settlement of America, analyzing the actions of women directly or indirectly, and understanding how they contributed to the formation of a group identity.

**Keywords:** Women, Spanish America, Merits.

## Introdução

O objetivo desta pesquisa é estudar a participação feminina na Conquista e sua contribuição na construção da cultura política americana no período de administração Habsburgo. A valorização da participação feminina na conquista e na manutenção do poder e soberania da Coroa espanhola nas Américas nos ajuda a compreender como a cultura política na Idade Moderna foi influenciada pelas mulheres. Ao analisar fontes produzidas no século XVI, temos a pretensão de demonstrar como as mulheres poderiam ser utilizadas como transmissoras de honras e descobrir que não só os homens pediam mercês à Coroa espanhola.

A metodologia utilizada na pesquisa histórica é de extrema importância na explicitação do que compreendemos sobre o objeto analisado e como relacionamos as conclusões obtidas com a historiografia. A escrita da História perpassa etapas de análise, sendo que, neste trabalho, a primeira delas foi a procura de fontes de informação nos Memoriais de Mérito, que se encontram no Arquivo de Índias (Sevilha) disponível no *Portal de Archivos Españoles* (PARES). Delimitamos nossas buscas aos documentos que correspondiam a pedidos direcionados à Coroa espanhola e que foram realizados por mulheres no século XVI, período em que foram feitos o maior número de pedidos à Coroa. Buscou-se também a existência de famílias que fizeram requerimentos ao rei em momentos diversos. Os documentos consultados estão digitalizados e disponíveis *online*. A informação obtida por meio desses arquivos foi organizada em bases de dados, que foram sistematizadas de acordo com os objetivos de compreender os motivos que levaram as mulheres a escreverem petições e de analisar como, no Vice-reino da Nova Espanha, desenvolveu-se a administração das posses doadas às mulheres. Tendo essas questões em vista, é necessário ressaltar que a participação feminina na sociedade colonial mexicana se deu de

variadas formas, no entanto há uma ausência de trabalhos historiográficos sobre as ações de mulheres nessa conjuntura histórica, verificando-se, principalmente, o desinteresse dos historiadores em trabalhar com os *memoriales de méritos*. Para explicarmos como as mulheres fizeram parte da história, primeiramente, será necessário explicar por que a categoria “gênero” pode ser usada na análise histórica. Num segundo momento, explicaremos o que eram e qual o conteúdo das fontes utilizadas nesta pesquisa, relacionando-as com o estudo sobre a participação feminina na economia das mercês. Finalmente, demonstraremos como o controle sobre as mulheres foi essencial para a manutenção das bases hereditárias novo-hispânicas, que se reflete na “cultura de patrocínio”, explicada por Alejandro Cañeque<sup>2</sup>.

### **A utilização da categoria Gênero no estudo histórico.**

Ao nos direcionarmos à História munidos de perguntas sobre a participação feminina, remetemo-nos à pergunta que Michelle Perrot responde em “*Os excluídos da História*”, de 1988: As mulheres têm História?<sup>3</sup>. Parece ser um questionamento simples, que atualmente teria uma resposta óbvia, mas só apareceu nos estudos históricos a partir das décadas de 1960 e 1970, quando o avanço da ciência permitiu um maior controle das mulheres sobre seus corpos e os movimentos feministas atingiram seu ápice<sup>4</sup>. Esse questionamento se refere aos estudos de gênero, que são aqueles que buscam a valorização das mulheres na História e estudam as mulheres e as representações do feminino no interior da complexidade de questões sociais, políticas, econômicas e culturais que permeavam o funcionamento social e envolveram a multiplicidade de casos particulares.

Para Joan Scott, na gramática, gênero é “*um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes*”, e a utilização desse conceito nos estudos é uma negação ao determinismo biológico ligado ao sexo. Assim, a expressão “relações de gênero” remete a um estudo que não indica somente a análise

---

<sup>2</sup> CAÑEQUE, Alejandro. *De parientes, criados e gracias. Cultura del don e poder em México colonial (Siglos XVI-XVII)*. Inglaterra, HISTÓRICA XXIX, 2005.

<sup>3</sup> PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

<sup>4</sup> SCOTT, Joan. *Gender: a useful category of historical analyses*. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

sobre um gênero isolado, mas sim diz respeito a um trabalho sobre as relações desenvolvidas entre mulheres e homens no decorrer do tempo e em diferentes sociedades.

Neste artigo, assumimos que o conceito gênero se torna “uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ a criação inteiramente social sobre os papéis próprios a homens e às mulheres”<sup>5</sup> e, além disso, gênero é uma forma de significar as relações de poder. Scott subdivide a categoria “gênero” em quatro partes analíticas, uma delas é a análise sobre os sistemas de símbolos, que se organizam perante as contradições, como, por exemplo, os modelos de Maria e Eva, a santa e a pecadora, respectivamente. Essa subdivisão nos permite interpretar como os modelos, determinados pelos sistemas simbólicos de cada conjuntura histórica, são transcendidos pelas mulheres ao longo do tempo.<sup>6</sup>

O conceito de gênero utilizado aqui é um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas das interações humanas. É uma forma dialética de análise histórica, na qual, ao mesmo tempo, o sujeito compõe o objeto e também se torna objeto.

Mesmo com o aumento dos estudos sobre a influência feminina na História, muitas vezes há uma lacuna nos estudos que relacionam mulheres e política, ou, mais especificadamente, mulheres e a conquista da América, que é o tema deste trabalho. Por que as mulheres se tornam invisíveis aos historiadores, quando sabemos que elas participaram dos processos históricos? Esta pesquisa pôde recuperar a participação das mulheres na conquista da América, dando-lhes voz, tornando-as objetos da História e, acima de tudo, sujeitos ativos da história.

A partir da identificação das linhas que interligam um acontecimento, podemos colocá-lo no seu “plasma social”, que é toda a conjuntura histórica de um período. As fontes utilizadas nesta pesquisa podem nos ajudar a perceber os “pormenores” da cultura novo-hispânica do século XVI, pois, a partir do método indiciário de Carlo Ginzburg, torna-se possível encontrar nos *memoriales de méritos* a influência da cultura política do período e também a importância das mulheres na composição do sistema político.<sup>7</sup>

### ***Memoriales de méritos e a influência feminina***

---

<sup>5</sup>SCOTT, Joan. **História das Mulheres**. In: BURKE, Peter. (Org.) **A Escrita da História: novas perspectivas**. 4ª ed. São Paulo: Editora UNESP, (1989) 1992, p. 75.

<sup>6</sup> *Idem*.

<sup>7</sup> GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e História**. Trad. Federico Carotti. São Paulo. 4ª Edição. Ed. Schwarcz. 2011.

As fontes priorizadas neste trabalho foram cartas enviadas por *criollos* (espanhóis nascidos na América e seus descendentes) do vice-reino de Nova Espanha à Coroa Espanhola. Vários questionamentos são possíveis quando utilizamos tais fontes como base de uma análise histórica, alguns destes são: como é possível perceber nessas cartas a importância das mulheres que viviam na América? Como a cultura política do período se manifesta nessas cartas? Por quais motivos os *criollos* enviaram tais cartas? Para responder a essas questões, devemos, primeiramente, saber o que são e o conteúdo das cartas.

De acordo com Carolina Jurado, numerosos conquistadores espanhóis, mergulhados em uma cultura hierárquica e senhorial, deduziram que seus feitos ou os de seus antepassados na Conquista lhes proporcionariam fama, honra e glória. A “cobrança dos méritos” deu a muitos a chance de valorizar seu passado nas cartas a fim de convencer o rei de que mereciam mercês. A cultura da solicitação de méritos existia na Península Ibérica desde a Era Medieval e foi levada à América no século XVI. A linhagem e a família tinham grande importância no imaginário desta sociedade, afinal os antepassados de uma pessoa poderiam tanto lhe garantir a fortuna ou a tornar desafortunada.<sup>8</sup> As cartas eram geralmente escritas por procuradores ou escrivães, que, em castelhano e nos formatos legais requeridos, escreviam um relato genealógico dos contratantes e, a partir disso, descreviam sua participação e méritos na Conquista para convencer a Coroa de que seus feitos precisavam ser recompensados. Essas práticas integram o que, na historiografia, é conhecido como o sistema de “graça e mercê”.

Como os conquistadores e primeiros povoadores entendiam a cultura da “graça e mercê” na qual o monarca deveria lhes outorgar benefícios em prol de seus méritos? Alejandro Cañeque, em um artigo chamado “*De parentes, criados y gracias. Cultura del don y poder em el México colônia*”, afirma que a virtude da liberalidade era uma das características mais importantes dos reis, que deveriam ser liberais e fazer doações aos seus súditos. Dessa forma recupera as palavras do escritor *criollo* Singüenza y Góngora, que afirmavam que: “*los príncipes no tienen otra cosa que más los immortalice que la liberalidad y magnificencia*”, pois, “*con nada mejor que con el premio resplandecen las manos de los príncipes*” e “*mucho sobra a los príncipes para beneficiar*

---

<sup>8</sup> JURADO, M. Carolina. *Descendientes de los primeros. La pobreza de méritos y servicios y la genealogía cacical. Audiencia de Charcas 1574- 1719*. In: Revista de Indias, 2014, Vol LXXIV, num. 261. Buenos Aires.

*a los beneméritos*”.<sup>9</sup> A fala de Singüenza reflete bem o papel que o rei tinha nessa “cultura de apadrinhamento”, explicada por Cañeque.

Segundo a lógica de funcionamento das monarquias europeias modernas, os reis, por terem muitos bens em seus tesouros, deveriam dividi-los entre os súditos que mais merecessem e deveriam também conceder os cargos públicos aos homens mais dignos, pois, dessa forma, mais o rei se assemelharia a Deus.<sup>10</sup> De acordo com Maria Fernanda Baptista Bicalho, essas formas de remunerar e organizar os súditos estavam em consonância com as práticas do Antigo Regime. Para a autora, formulada desde os textos de Aristóteles, a liberalidade régia foi ressignificada enquanto valor, pela cultura cristã e pelos ideais da Cavalaria Medieval ao longo dos séculos. E assim, a figura do monarca passa a ser constituída pelos valores cristãos e tem como objetivo a similaridade a Deus.<sup>11</sup>

De acordo com Juan Pablo Mártir Rizo, o rei é como um dono de seus súditos, por isso é importante que comece seu reinado sendo liberal com os bens que tem para assegurar a lealdade de seus vassallos.<sup>12</sup> Para Antônio Manuel Hespanha, a “economia do dom” se constituía a partir dos atos de dar e retribuir, que estabelecia uma cadeia de relações baseada na troca de prestígio e favores. Por meio da Coroa, se erigia uma escala hierárquica de transmissão de prestígio e poder.<sup>13</sup> Essa relação entre súditos e rei soberano foi um dos grandes alicerces da cultura política da Era Moderna, principalmente na cultura espanhola, pois, nas palavras de Cañeque: “*la distribución de oficios y mercedes le permitió crear redes de patronazgo que sirvieron para dar cohesión a la monarquía y cimentar el poder regio, especialmente a partir de la segunda mitad del siglo XVI*”.<sup>14</sup>

Tendo em vista as “práticas de favores”, a política espanhola era composta por duas esferas que se interligavam, a do público e a do privado. Dessa forma, o rei, ao fazer o uso público do poder, poderia e deveria manifestar seus interesses privados em sua administração

---

<sup>9</sup> CAÑEQUE, Alejandro. *De parientes, criados e gracias. Cultura del don e poder em México colonial (Siglos XVI-XVII)*. Inglaterra, HISTÓRICA XXIX, 2005, p. 8.

<sup>10</sup> *Idem*.

<sup>11</sup> BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política no Antigo Regime*. Rio de Janeiro, Almanack Brasiliense, 2005.

<sup>12</sup> RIZO, Juan Pablo Mártir. *Norte de príncipes y vida de Rómulo*. Edición de J. A. Maravall. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1988, p. 55.

<sup>13</sup> HESPANHA, Antônio Manuel & Xavier, Ângela Barreto. *As redes clientelares*, In: MATTOSO, José (Org). *História de Portugal*. Lisboa, Editorial Estampa, 1998, vol. 4.

<sup>14</sup> CAÑEQUE, Alejandro. “*De parientes, criados e gracias. Cultura del don e poder em México colonial (Siglos XVI-XVII)*”. Inglaterra, HISTÓRICA XXIX, 2005, p. 8.

para que a coesão e o jogo político fossem assegurados e, assim, mantidos o poder entre os que mais o mereciam. Para Juan de Solórzano, “*no hay cosa que así ensalce los reyes y deienda los reinos y estados, como la benignidad y liberalidad con sus súbditos, y especialmente con aquellos que se los ayudaron a conquistar*”<sup>15</sup>. Logo, os conquistadores e os seus descendentes sentiam ter participado da expansão do reino espanhol e, portanto, esperavam ser recompensados, as provas disso são os textos denominados memoriais de méritos.

Antes de relacionarmos a “cultura de méritos” aos estudos de gênero, os quais recuperam o papel das mulheres na composição das práticas culturais, devemos entender que, de acordo com Juan Francisco Maura, em “*Españolas de ultramar, en la história y en la literatura*”, a historiografia, o senso comum e os livros didáticos publicados, carregam uma história que esconde as mulheres, o que perpetua equívocos e vincula percepções que já foram desconstruídas pela bibliografia especializada. Cerca de cinco mil mulheres registradas vão à América num período de apenas 19 anos (entre 1560 e 1579) e, entre essas mulheres, houve as aventureiras que “*no dudaron de seguir a sus maridos hasta los lugares más apartados del imperio*”<sup>16</sup>. A partir disso, é inegável a importância das mulheres nessa sociedade nascente tanto no que concerne à população quanto à cultura.

Muitas vezes a Coroa incentivou os homens a irem para o Novo Mundo acompanhados, sendo preferível que fossem casados ou que estivessem com casamento marcado. O casamento foi incentivado até mesmo entre espanhóis e indígenas. As mulheres foram de grande importância para a formação do que seria essa nova sociedade novo-hispânica, pois, a partir da união familiar, tornava-se possível a construção de uma comunidade baseada na fé e nos valores da cristandade católica.

Nos negócios, as mulheres também se fizeram presentes. Ainda de acordo com Juan Francisco Maura, algumas mulheres foram ao Novo Mundo após a morte de seus maridos e tomada de posse dos bens de seus falecidos companheiros e gozaram, nas Américas, de uma autonomia que nunca tiveram na Espanha<sup>17</sup>. No entanto, enquanto algumas gozavam de maior liberdade, havia aquelas que, apesar de terem investido em suas próprias companhias na América,

---

<sup>15</sup> SOLÓRZANO, Juan de Pereira. *Política indiana*. Ed. de M. A. Ochoa Brun. Madrid: Editorial Atlas, 1972, lib. III, cap. III, p. 46.

<sup>16</sup> MAURA, Juan Francisco. *Españolas em ultramar. En la história y en la literatura. Aventureras, madres, soldados, virreinas, gobernadoras, adelantadas, prostitutas, empresárias, monjas, escritoras, criadas y esclavas en la expansión ibérica ultramarina (siglos XVI-XVII)*. Valência, Ed. Hernando Maura, 2005, p. 34.

<sup>17</sup> Ibid, Ibidem.

precisavam de um homem que as representassem como sócios. Apesar de que algumas das mulheres tivessem a possibilidade de terem uma vida melhor, muitas não alcançaram tal privilégio.<sup>18</sup> O clima americano causava grandes dificuldades de sobrevivência para os espanhóis, além das guerras e conflitos com indígenas. No que concerne às lutas contra os indígenas, as mulheres também se fizeram presentes, a exemplo disso temos o caso de María de Estrada, mulher de Alonso Martín, que com uma espada e montada a cavalo lutou no exército de Hernán Cortés, ajudando os espanhóis a vencerem a batalha de Otumba e a Noite Triste, causando grande espanto aos índios.<sup>19</sup> As mulheres participaram das guerras em todo o reino espanhol. Um exemplo disso é o que Francisco Maura diz: “*Inés Suárez conseguiu uma encomienda em recompensa por su actuación destacada en la guerra contra los araucanos [...] sus hechos estuvieron por encima de las circunstancias Morales y sociales del momento*”. Esse caso mostra que essas mulheres guerreiras foram reconhecidas pela Coroa e, após o reconhecimento, se tornaram sujeitos ativos da economia local.<sup>20</sup> A participação na Conquista de forma bélica por parte das mulheres é uma das primeiras oposições ao sistema patriarcal dessa sociedade, pois, de acordo com a divisão de tarefas, o homem seria o responsável pela guerra.

Outra situação em que a mulher se tornou protagonista foi a de Aldonza de Villalobos, uma das primeiras colonizadoras da ilha Margarita, na Venezuela. D. Marcelo Villalobos, seu pai, pediu licença para levantar naquela ilha uma fortaleza, mas logo morreu e quem deu cabo à construção fora Aldonza, em 1526.<sup>21</sup> Além desse acontecimento particular, houve vários casos em que as mulheres se destacaram, como o de Beatriz de la Cueva, que com a morte de seu marido, Cortés Pedro de Alvarado, tornou-se a primeira governadora da Guatemala, em 1541, pouco após a conquista do território.

Como vimos, a participação feminina na formação da sociedade novo-hispânica foi imprescindível, pois ela se deu em todos os ramos da vida social, desde as medidas iniciais de sobrevivência até os negócios.

---

<sup>18</sup> BORGES, Analola. *La mujer pobladora en los orígenes americanos*. Anuario de Estudios Americanos 29, 1972.

<sup>19</sup> ZAPATERO, Alberto Baena. *Mujeres novohispanas e identidad criolla (s.XVI y XVII)*. Ayuntamiento de Alcalá de Henares Centro Asesor Mujer, Madrid, 2008.

<sup>20</sup> MAURA, Juan Francisco. *Espanólas em ultramar. En la história y en la literatura. Aventureras, madres, soldados, virreinas, gobernadoras, adelantadas, prostitutas, empresárias, monjas, escritoras, criadas y esclavas en la expansión ibérica ultramarina (siglos XVI-XVII)*. Valência, Ed. Hernando Maura, 2005, p. 222.

<sup>21</sup> Ibid, Ibidem.



Posto isso e relacionando os *memoriales de méritos* com a participação feminina, concluímos que as mulheres poderiam aparecer nas cartas que solicitavam os méritos tanto como a pessoa que solicitava uma mercê em prol de seus feitos ou como uma “transmissora de honras”, na qual as realizações dos membros da família da mulher são mobilizadas pelos seus maridos para que esses possam receber benefícios. Um dos casos em que a mulher é a responsável pelos méritos elencados na carta é o da famosa intérprete de Cortés, Doña Marina (Malinche), que apresentou um memorial em seu nome com a intenção de que seus feitos fossem reconhecidos<sup>22</sup>.

As mulheres também apareciam, juntamente com seus maridos, como mantenedoras da conquista do Novo Mundo. Em nossa pesquisa, encontramos vários exemplos, um deles é o de García de Logroño, que enviou uma carta à Coroa, em 1551, dizendo que sua esposa, Francisca Morante, e ele mantiveram-se como povoadores das terras conquistadas pelos espanhóis e por isso mereciam ajudas de custo para sobreviverem, pois viviam na pobreza. Assim, é possível perceber que os méritos se estendiam para além dos participantes da conquista de territórios e alcançavam outros grupos que chegaram depois, mas que ajudaram a consolidar o domínio sobre América.

As espanholas que tiveram grande importância na Conquista e no primeiro povoamento da Nova Espanha não se resignaram a um papel secundário, pois como diz Alberto Baena Zapatero, em seu livro “*Mujeres novohispanas y identidad criolla*”:

*“Las mujeres podían verse beneficiadas de varias formas por la costumbre de los conquistadores y sus familias de reclamar mercedes: En un primer momento, muchas de las españolas que tuvieron un papel importante en la conquista y primer poblamiento de Nueva España no se resignaron a un segundo plano, exigiendo el mismo reconocimiento por sus esfuerzos que los varones. Así, mujeres excepcionales como María de Estrada, Ana de Contreras, Andrea de Rodas, doña María González, Catalina de Suárez, Leonor Méndez, Francisca Maldonado y Guzmán, o damas de la nobleza indígena como Isabel de Moctezuma, fueron recompensadas sobre el terreno por su participación directa en la conquista y, más adelante, sus descendientes no dudaron en reivindicar sus méritos como forma de obtener mercedes en sus personas, prueba del reconocimiento del que gozaron.”*

A Coroa espanhola recebia com atenção todas as cartas enviadas, já que uma das obrigações que possuía em relação a seus súditos e, em especial, às damas espanholas, era uma função protetora, quase paternalista<sup>23</sup>. Essa relação de “graça e mercê” foi muito bem aproveitada

<sup>22</sup> ZAPATERO, Alberto Baena. *Mujeres novohispanas e identidad criolla (s.XVI y XVII)*. Ayuntamiento de Alcalá de Henares Centro Asesor Mujer, Madrid, 2008.

<sup>23</sup> ZAPATERO, Alberto Baena. *Mujeres novohispanas e identidad criolla (s.XVI y XVII)*. Ayuntamiento de Alcalá de Henares Centro Asesor Mujer, Madrid, 2008, p. 19.

pelos homens e mulheres que tinham relações de parentesco com conquistadores ou povoadores, o que prova que os *criollos* estavam cientes do sistema político no qual estavam inseridos.

A seguir, dispomos os dados que sistematizamos a partir da consulta dos *Memoriales de méritos* analisados nos Arquivos da Audiência do México do *Portal de Archivos Españoles – PARES (1500-1650)*.

<b>Remetente das cartas</b>	<b>Categoria dos pedidos utilizados para obter benefícios</b>	<b>Quantidade de cartas</b>	<b>Percentual de cartas</b>
Cartas encontradas com as palavras-chave: “ <i>Méritos y servicios</i> ”	Méritos e/ou serviços	48	100%
Homens que, conjuntamente com suas esposas, consideram-se povoadores e mantenedores da Conquista	Coparticipação feminina no povoamento e manutenção da conquista europeia	6	12,5%
Mulheres que pediram à Coroa pelos méritos do pai ou do marido	Utilização dos homens como transmissores de honras	8	17%
Homens que pediram à Coroa pelos méritos dos parentes de suas mulheres	Utilização das mulheres como transmissora de honras	14	29%
Homens que pediram à Coroa pelos méritos de seus pais ou avôs	Utilização dos méritos de familiares à Coroa	20	41%

Tabela 1 (PARES: pares.mcu.es/ParesBusquedas)

Número de <i>memoriales</i> apresentados na Audiência de Nova Espanha (Arquivo Geral de índias)	637	100%
<i>Memoriales</i> que aparecem mulheres como transmissoras ou receptoras de benefícios	55	8.6%
Pedidos feitos diretamente por mulheres	17	2.6%
Pedidos feitos por genros ou cunhados	29	4,5%
Mercês concedidas a mulheres	16	2,5%
Mercês feitas a homens a partir dos méritos da família da mulher	40	6,2%

Tabela 2 (Zapatero, Alberto. *Mujeres novohispanas y identidad criolla*, 2008, p. 27)

A tabela 1, que foi produzida a partir da pesquisa desenvolvida no presente trabalho sobre as cartas enviadas à Coroa, demonstra como as mulheres se inseriram nessa “cultura de méritos”, pois os *criollos*, em geral, enxergavam as mulheres como participantes desta “*red de patronazgo*”. Como, em uma sociedade patriarcal, puderam as mulheres serem transmissoras ou detentoras de honras que poderiam fornecer cargos públicos ou *encomiendas*? Um dos valores que fundamentam o porquê de as mulheres serem transmissoras de honras é o valor metafísico contido no sangue, que transcende os valores patriarcais presentes na sociedade colonial mexicana. Mais adiante voltaremos a esse tema.

A análise dessas tabelas nos permite tomar algumas conclusões, a primeira é que as mulheres compartilharam com os homens a ideia de que “*la sangre derramada*” de seus antepassados merecia ser recompensado. A segunda é que os homens não se importavam em mobilizar suas mulheres como transmissoras de honras para pedirem mercês à Coroa. Uma das cartas que ilustram isso é a de Diego Sarmiento de Figueroa, que pediu ao rei da Espanha ajuda de custos justificada pelos feitos do marido anterior de sua esposa, o que demonstra bem que as mulheres poderiam transmitir a honra dos feitos até de seus falecidos maridos para outras pessoas<sup>24</sup>.

<sup>24</sup> *Archivo General de índias*. AUDIÊNCIA DE MEXICO: MEXICO, 204, N, 34.

Finalmente, a terceira conclusão é de que os méritos dos antepassados na Conquista nem sempre garantiram uma vida de luxo aos que encaminhavam as cartas. Apesar de muitos colonos alegarem estar sem condições de sobreviver, as análises sobre essas afirmações devem ser realizadas de maneira mais profunda. Afinal, como Jacques Derrida apontou, em “*Mal de arquivo: uma impressão freudiana*”, todo documento foi deixado com uma intenção, com interesses e cabe ao historiador filtrar tais intenções a fim construir uma análise histórica<sup>25</sup>. Essa representação de pobreza dos conquistadores e seus descendentes pode relacionar-se com a crônica de Dorantes de Carranza, do início do século XVII, que denuncia a sua situação de abandono e pobreza na América. Dorantes diz que: “*Su Magestad que los tiene a su cargo y cuida por ellos con el mesmo cuidado que un padre muy cuidadoso tiene de su familia, y después de crecidos les manda proveer y preferir*”. Por isso, Dorantes sente que o rei deveria, de modo paternal, manter os conquistadores como seus filhos<sup>26</sup>.

Havia outros tipos de pedidos em que também apareciam as mulheres, mas não como transmissoras de honras. Em algumas cartas, pedia-se dinheiro para que o pai pudesse pagar o dote de suas filhas para casá-las, caso contrário, deveria enviá-las a um convento para mantê-las fora do perigo de que ficassem solteiras<sup>27</sup>. Um desses casos é o de Juan Díaz, que solicitou, em virtude dos méritos dos familiares de sua esposa, Isabel del Nero, uma *encomienda* para que pudesse casar suas quatro filhas.<sup>28</sup> A preocupação em proporcionar um bom casamento às filhas era constante, a causa disso será explicada posteriormente.

Outro aspecto importante em relação aos *memoriales de méritos* em que as mulheres participaram como pedintes ou como veículo de honras, é como as mulheres, ao solicitarem mercês, participaram de um sentimento de frustração, que tem sido considerado por uma parte da historiografia como um dos precedentes da identidade *criolla*. Imbuídos da ideia de que os feitos na Conquista deveriam ser recompensados, uma insatisfação foi gerada pela incapacidade da Coroa em recompensar a todos que enviavam cartas. Logo, uma oposição em relação aos

---

<sup>25</sup> DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo: uma impressão Freudiana**. Rio de Janeiro. Ed. Nova Fronteira, 2001.

<sup>26</sup> VILLAR, Ernesto de La Torre. **Lecturas históricas mexicanas** – tomo 1. México, Cidade de México, Ed. UNAM, 1998, p. 448.

<sup>27</sup> ZAPATERO, Alberto Baena. **Mujeres novohispanas e identidad criolla (s.XVI y XVII)**. Ayuntamiento de Alcalá de Henares Centro Asesor Mujer, Madrid, 2008.

<sup>28</sup> *Archivo General de Indias*, MEXICO, 1088, L.2, F. 132R-132V

peninsulares e à Coroa se somou a outros aspectos que geravam conflitos entre os que viviam na colônia e na Espanha.

Percebe-se, então, que o papel das mulheres na conquista e na instalação dos espanhóis no novo vice-reino foi muito além do que Frei Bernadino de Sahagún, Francisco López de Gómora e Bernal Diaz del Castillo relataram. De acordo com Marília Emília José, esses três cronistas do século XVI restringiram o papel feminino ao meio doméstico e as mulheres ocuparam apenas o papel secundário da produção de alimentos e na cotidiana servidão sexual aos soldados<sup>29</sup>. Os *memoriales de méritos* mostram que o papel desenvolvido pelas espanholas na conquista da América e nos anos posteriores a ela foi muito variado. Um caso em que uma mulher tem a pretensão de se tornar autônoma no Vice-reino de Nova Espanha é o de Isabel de Horduna, que envia uma carta à Coroa pedindo índios para que possa se sustentar e casar suas quatro filhas. A Coroa, ao final das cartas, elaborava um resumo do pedido feito e o negava ou atendia. Na carta de Isabel foi escrito pelos escrivães do rei que:

*“Isabel de Horduna, vecina de la ciudad de México[...]cita la información para dar noticias [...] de la calidad de su persona, de la de su padre y de su marido, unos de los primeros conquistadores e pacificadores de esta tierra [...] suplica yndios que con gran trabajo puede se sustentar y tienes cuatro hijas em la edad de casar [...]”*<sup>30</sup>

Na carta, percebemos que Isabel de Horduna também se valoriza, já que não pede ao rei somente pelos atos e méritos de seu pai e de seu marido. Essa é uma das provas de que as mulheres exigiam da Coroa o que acreditavam que mereciam, da mesma forma que os homens fizeram, e não somente pelos méritos de seus maridos, pais ou avós, mas pelos seus próprios. As mulheres, portanto, participaram da mesma cultura política que os homens e, nesse caso, Isabel é uma das mulheres que transcenderiam o modelo de mulher pressuposto pelo patriarcado, pois ela seria a provedora da casa e uma mulher de negócios. Por que Isabel estaria ultrapassando o modelo pressuposto? Havia um modelo pressuposto? Para responder a essas questões, devemos primeiro explicar como e quando os bens patrimoniais poderiam ser herdados por uma mulher.

A exploração da terra e conservação da mão de obra na Nova Espanha, temas importantes para todo o período colonial, também afetaram as mulheres, na medida em que os bens das famílias podiam ser passados para a administração feminina. Algumas das mulheres espanholas

<sup>29</sup> JOSÉ, Maria Emilia Granduque. “*A percepção da figura de Malinche a partir do discurso cronístico espanhol do século XVI*”. In: ANPUH XXV, Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009.

<sup>30</sup> *Archivo General de índias*, MEXICO, 205, N. 18

que viveram na América gozaram do acesso às *encomiendas*, isso estabeleceu uma série de variáveis ao modelo patriarcal no qual estava estruturada a sociedade colonial do período. A declaração de Carlos V, que dizia serem as mulheres incapazes de administrarem índios encomendados, pois eram tarefas próprias dos homens, indica como o sistema patriarcal operava nas sociedades hispânicas modernas. Apesar dessa determinação, muitas mulheres obtiveram esse privilégio herdado de seus maridos ou pais. A declaração de Carlos V gerou muita insatisfação e o monarca desconsiderou o que havia promulgado. Essa permissão respondia à realidade americana, na qual a presença de *encomienderas* era comum. As mulheres *criollas* engendraram estratégias a fim de usufruir do direito de herança das *encomiendas* de seus maridos. Houve casos de moças muito jovens que se casavam com *encomienderos* muito velhos com a intenção de herdarem suas *encomiendas*. Por isso, surgiu a necessidade de se corrigir a lei da herança, sendo determinado que a mulher teria que viver, no mínimo, seis meses casada com o homem para obter a *encomienda*<sup>31</sup>.

Quando uma mulher herdava uma *encomienda*, poderia se encontrar numa das melhores situações possíveis para viver de maneira independente no vice-reino de Nova Espanha. Caso a mulher herdasse muitos bens e se tornasse rica, o poder econômico que acabava por possuir a aproximava das dinâmicas da política oficial e da economia, o que entrava em contradição com o sistema patriarcal. Logo, foi declarado que a mulher que herdava uma *encomienda* deveria se casar no prazo de um ano, pois a defesa desse bem deveria se dar de forma bélica e essa seria, supostamente, uma atividade exclusivamente masculina. Se uma mulher possuísse uma *encomienda*, por que essa situação entraria em contradição com o modelo patriarcal? Qual valor ultrapassava as “imposições” patriarcais desta sociedade?

Em resposta a primeira questão, apontamos que o problema, para a mentalidade patriarcal, de existir mulheres *encomienderas* não está relacionado com a limpeza do sangue, mas sim com as obrigações dos *encomienderos* em se preocuparem com a evangelização dos indígenas e defender a terra. Segundo a divisão de funções, as mulheres não poderiam tomar as armas para defender a terra e, por esse motivo, elas alegavam que poderiam contratar homens para fazê-lo.

---

<sup>31</sup> ZAPATERO, Alberto Baena. *Mujeres novohispanas e identidad criolla (s.XVI y XVII)*. Ayuntamiento de Alcalá de Henares Centro Asesor Mujer, Madrid, 2008.

Por isso, tenta-se casar as *encomienderas*, mas elas não se mostravam dispostas a contrair matrimônio, uma vez que, se o fizessem, a *encomienda* passava a ser posse do marido.

Já em resposta à segunda questão, percebemos que o valor metafísico do sangue era um símbolo que poderia, em diferentes níveis de importância, transcender as relações de poder impostas pela misoginia da sociedade novo-hispânica.<sup>32</sup> No caso da sociedade da Nova Espanha, faz-se necessário explicar qual o valor da linhagem sanguínea na construção das dinâmicas sociais. A partir disso, explicaremos como essa valorização fez recair sobre as mulheres uma tutela patriarcal e o total controle de sua sexualidade.

De acordo com Verena Stolcke, na península Ibérica, após a Reconquista, a “*limpieza de sangre*” era utilizada como um argumento que endossava o funcionamento da sociedade cristã, sendo uma tópica formulada pela Igreja e por instituições do governo e que funcionava para garantir linhagens sem antepassados judeus ou muçulmanos. A ausência de ancestrais heréticos e infiéis significava uma qualidade para a construção da sociedade peninsular medieval, uma vez que o sangue era identificado como veículo de pureza da fé e como transmissor de qualidades morais. “Provas de sangue” eram exigidas para que alguém pudesse ter acesso a qualquer cargo oficial civil, eclesiástico ou militar, sendo aceitos somente aqueles considerados “cristãos velhos”. Desse modo, todos que tivessem nascido fora do casamento eram suspeitos de impureza<sup>33</sup>.

À medida que as preocupações da Coroa e da Igreja se intensificaram em relação aos “impuros”, a Inquisição obteve mais poderes no século XV – e, conseqüentemente, alcançou maior controle sobre a legitimidade, o casamento e o corpo feminino. Só as mulheres conseguiriam atestar a legitimidade de um nascimento e, por isso, o sentido simbólico da “*limpieza de sangre*” revelava como funcionavam as relações sociopolíticas entre homens e mulheres. As mulheres, nesse contexto, eram pensadas como “menores dependentes” e necessitavam da tutela do homem para que a linhagem sanguínea se mantivesse pura. A hierarquia social era baseada em linhas de descendência e, muitas vezes, até mesmo o caráter de uma pessoa poderia ser entendido como proveniente da pureza de seu sangue. Para que a

---

<sup>32</sup> STOLCKE, Verena. *O enigma das inteseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX*. In: Revista de estudos feministas, Oxford, Blackwell, 2006.

<sup>33</sup> Ibid, Ibidem.

hierarquia fosse mantida, em muitos casos as mulheres eram utilizadas como elo entre famílias de mesmo estatuto social. Desse modo, a manutenção do poder político, econômico e social dependia fundamentalmente do controle sobre as mulheres.

A educação de uma mulher se tornava, então, uma base importantíssima para que não houvesse casos de impureza de sangue e essa educação era baseada em vários preceitos cristãos. O controle sobre a sexualidade feminina era essencial para manter a hierarquia social e econômica, dado que, por exemplo, caso houvesse algum membro de uma família nobre que fosse alvo de suspeita de impureza de sangue, toda a família estaria manchada e, assim, a sua posição na pirâmide social seria deslegitimada, podendo seus membros não conseguirem cargos públicos ou não serem capazes de se unirem a outras famílias nobres pelo casamento.

Luiz Vives, um pensador do século XVI e conhecido posteriormente como educador, escreveu uma obra chamada *“Instrucción de la mujer cristiana”*, em que traçava quais as características deveriam ser encontradas em uma cristã. Dentre as qualidades e virtudes enunciadas por Vives estavam a castidade e a obediência. Nesse sentido, a mulher não poderia dormir muito, comer muito nem pensar muito, mas deveria estar sempre a fazer atividades cristãs ou que remetesse ao lar para que o Diabo não pudesse alcançá-la. O educador descreve que desde cedo as mulheres deveriam receber a educação cristã para que:

*“repriman los movimientos y ardores de la mocedad. Ni las comidas exquisitas, o con especias y demasiados olores, ni el vino convienen a una virgen porque su cuerpo es peligroso y similar a um volcán, porque está averiguado que no arden en tanto grado los fuegos del monte Edna, no la tierra de Vulcano, no los montes Vesebo y Olimpo, cuanto las médulas de la mujer y entrañas llenas de vino, y encendidas con las hachas ardientes que los manjares causan y engendran”.*<sup>34</sup>

Percebe-se, então, que a conduta das mulheres deveria ser controlada desde a infância para que elas não pudessem se entregar aos vícios, como jogos de cartas, bailes regados ao vinho, entre outros costumes da elite colonial mexicana. O patriarcado exercia sobre as mulheres, juntamente com a Igreja, um forte controle sexual e moral, pois a cultura da sociedade novo-hispânica estava estruturada em preceitos hierárquicos sanguíneos e valores cristãos, na qual era

---

<sup>34</sup> VIVEZ, Juan Luis. *“Instrucción de la mujer Cristiana”*. Buenos Aires, Espasa-Calpa Argentina, 1940, p. 66.



essencial manter as mulheres sob vigilância constante para que a estrutura familiar-cristã não viesse a sucumbir.

Todo esse aparato de controle sexual das mulheres provinha da importância do estatuto atribuído ao sangue nas relações políticas e de poder no México colonial. A linhagem familiar era um dos eixos estruturadores do recorte espaço-temporal analisado, haja visto que nessa sociedade patriarcal as mulheres faziam parte da mesma cultura política que os homens, participando da conquista, mantendo a dominação espanhola, pedindo mercês à Coroa pelos seus méritos e de seus antepassados ou maridos.

## Conclusão

A participação feminina na formação da cultura do vice-reinado foi tamanha que, é certo dizer, na ausência de mulheres, essa cultura não se fundamentaria. Nesse sentido, os *memoriales de méritos* analisados mostram valores imprescindíveis para a cultura política colonial, pois tratam das bases fundamentais dessa sociedade, que são: a família, a cristandade, o Estado, a identidade *criolla* e as relações de gênero. Assim, os memoriais de méritos demonstram como a família poderia conceder benefícios a alguém e porque esses benefícios eram entregues pelo rei em nome de uma cristandade. Quando a Coroa espanhola não concedia aos *criollos* o que pediam, a insatisfação por parte deles só aumentava. E mais profundamente, imbuídas em todos esses temas, estão as relações de gênero, possíveis de serem analisadas nas cartas.

Os sistemas de significação do período nos permitem conhecer como eram delineadas as interações entre homens e mulheres e, a partir da compreensão dessas interações, pensar como as mulheres conseguiram mergulhar nas mesmas relações econômicas e políticas que os homens. A partir desses estudos, muitos temas a serem trabalhados se abrem, pois ainda falta muito a ser percorrido no que concerne às mulheres em relação à política e à conquista da América e, sobretudo, sobre as fontes históricas que revelam o protagonismo feminino.

## Referências bibliográficas

### Fontes

*Archivo General de Índias*, PATRONATO, 56, N.3, R.4.

*Archivo General de índias*. AUDIÊNCIA DE MEXICO: MEXICO, 204, N, 34.

*Archivo General de Índias*, MEXICO, 1088, L.2, F. 132R-132V

*Archivo General de índias*, MEXICO, 205, N. 18

VIVEZ, Juan Luis. “*Instrucción de la mujer Cristiana*”. Buenos Aires, Espasa-Calpa Argentina, 1940, p. 66.

### **Livros**

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política no Antigo Regime*. Rio de Janeiro, Almanack Brasiliense, 2005.

BORGES, Analola. “*La mujer pobladora en los orígenes americanos*”. Anuário de Estudios Americanos 29, 1972.

DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma impressão Freudiana*. Rio de Janeiro. Ed. Nova Fronteira, 2001.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. Morfologia e História. Trad. Federico Carotti. São Paulo. 4ª Edição. Ed. Schwarcz. 2011.

MAURA, Juan Francisco. “*Españolas em ultramar*. En la historia y en la literatura. Aventureras, madres, soldados, virreinas, gobernadoras, adelantadas, prostitutas, empresárias, monjas, escritoras, criadas y esclavas en la expansión ibérica ultramarina (siglos XVI-XVII)”. Valência, Ed. Hernando Maura, 2005.

RIZO, Juan Pablo Mártir. *Norte de príncipes y vida de Rómulo*. Edición de J. A. Maravall. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1988, p. 55.

SCOTT, Joan. *Gender: a useful category of historical analyses*. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

STOLCKE, Verena. *O enigma das inteseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade*. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. In: Revista de estudos feministas, Oxford, Blackwell, 2006.

SOLÓRZANO, Juan de Pereira. *Política indiana*. Ed. de M. A. Ochoa Brun. Madrid: Editorial Atlas, 1972, lib. III, cap. III, n.o 46.

VILLAR, Ernesto de La Torre. “*Lecturas históricas mexicanas*” – tomo 1. México, Cidade de México, Ed. UNAM, 1998.

ZAPATERO, Alberto Baena. “*Mujeres novohispanas e identidad criolla (s.XVI y XVII)*”. Ayuntamiento de Alcalá de Henares Centro Asesor Mujer, Madrid, 2008.

### **Capítulos de livros**

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. 4ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 75.

HESPANHA, Antônio Manuel & Xavier, Ângela Barreto. As redes clientelares, In: MATTOSO, José (Org). História de Portugal. Lisboa, Editorial Estampa, 1998, vol. 4.

### **Artigos em periódicos**

JOSÉ, Maria Emilia Granduque. A percepção da figura de Malinche a partir do discurso cronístico espanhol do século XVI. In: ANPUH XXV, Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009.

JURADO, M. Carolina. “<Descendientes de los primeros>. La pobranza de méritos y servicios y la genealogia cacical. Audiencia de Charcas 1574- 1719”. In: Revista de Indias, 2014, Vol LXXIV, num. 261. Buenos Aires.